

\* 9 OUT 1995

# Estados omitem dados da Fazenda

Edivaldo Ferreira/AE—5/1/95

*Governadores resistem em abrir contabilidade e ministério tem de recorrer ao Banco Central*

BEATRIZ ABREU

**B**RASÍLIA — A negociação com governadores para a montagem de um programa de saneamento das finanças dos Estados evidenciou um problema que sempre caracterizou as relações entre os governos federal e estadual, mas que nunca foi assumido claramente. Os governadores resistem e não detalham seus gastos ao Ministério da Fazenda. "Há Estados que só mandam a conta", admite o ministro da Fazenda, Pedro Malan.

Todas as vezes em que é preciso checar a condição financeira de um dos Estados brasileiros, a alternativa da equipe econômica é recorrer ao Banco Central (BC). Assim, por meio de informações de instituições financeiras, é possível conhecer a relação entre receita e despesa e saber de que forma um eventual déficit está sendo financiado.

Entretanto, as informações que a equipe econômica obtém no BC permitem apenas uma visão de conjunto sobre os totais das despesas e receitas. Isso significa que não se sabe em que foi gasto o dinheiro, pois não há detalhamento das despesas, como faz o governo federal todos os meses quando divulga a execução financeira do Tesouro Nacional. O BC só pode evidenciar



*Malan admite dificuldade: "Há Estados que só mandam a conta"*

**P**ARA  
SECRETÁRIO,  
ATITUDE É  
NATURAL

de que forma o eventual déficit foi financiado. "É possível saber se as contas estão melhorando ou piorando, mas não há um detalhamento", afirma o secretário-executivo do Ministério da Fa-

zenda, Pedro Parente.

Além disso, o relacionamento de troca de informações entre União, Estados e municípios é cer-

cado de sigilo garantido pela Constituição. "Há uma resistência natural até por conta do princípio federativo", reconhece Parente.

Ele e o próprio ministro admitem as limitações do governo federal diante da quase absoluta escassez de informações sobre a real situação financeira dos Estados. Com isso, é normal o conhecimento do resultado das contas dos Estados e municípios depois que os fatos estão consumados.

No primeiro semestre, por exemplo, governadores e prefeitos

acumularam um déficit operacional nas suas contas (incluindo pagamento de encargos da dívida) de 2% do PIB. Malan trata esse problema com cuidado, não quer particularizar críticas, mas se resente de dados mais completos.

O ministro comenta que, quando há interesse na concessão de uma autorização para aumentar dívidas ou obter um aval do Tesouro Nacional, os Estados são menos parcimoniosos no fornecimento de dados financeiros. "Eles alegam independência dos poderes", afirma Parente.

Malan e Parente não conseguem esconder a frustração de serem obrigados a tomar decisões "a posteriori" como agora, quando os Estados convivem com uma nova crise financeira provocada pelo aumento dos gastos com pessoal.

Com o objetivo de cobrir o déficit, os governadores contraíram dívidas de R\$ 2,9 bilhões nos bancos privados, por meio de operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO). Eles acreditam que a situação de controle de gastos dos Estados ficará mais evidente com a aprovação da reforma administrativa.

O ministro e o secretário-executivo da Fazenda relacionam pelo menos três medidas que vão facilitar a contenção dos gastos com o pagamento de pessoal, um dos motivos da nova crise financeira nos Estados. Obrigatoriamente, os aumentos salariais deverão ser autorizados por lei.

As regras para definir a relação dos salários com os vencimentos do governador e do presidente da República deverão ser mais claras e a possibilidade de pagar salários proporcionais ao tempo de serviço aos funcionários colocados em disponibilidade.